TESOURONACIONAL

Eco Invest Brasil
Relatório de Pré-Alocação consolidado

Resultado Leilão Eco Invest n° 2/2025

Recuperação de Terras Degradadas

Agosto
2025



Leilão Eco Invest nº 2/2025 - Relatório de pré-alocação consolidado

O **Programa Eco Invest Brasil**, integrante do **Plano de Transformação Ecológica – Novo Brasil** do Ministério da Fazenda, tem como objetivo impulsionar a mobilização de capital privado e viabilizar investimentos sustentáveis em larga escala no país. Para isso, utiliza **mecanismos financeiros inovadores** e promove a **cooperação entre o setor público e a iniciativa privada**, consolidando o Brasil como referência em soluções de financiamento verde.

O **Leilão nº 2/2025 do Eco Invest** foi estruturado em apoio ao **Programa Caminho Verde Brasil**, liderado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, com foco na **recuperação de terras degradadas em todo o território nacional**. A iniciativa promove a inclusão produtiva de pequenos e médios produtores rurais, fortalece a **segurança alimentar do país** e integra-se a uma estratégia mais ampla de inserção competitiva e sustentável do Brasil no cenário internacional.



1 Alocação Financeira

Nesta edição, o Leilão nº 2/2025 do Eco Invest Brasil teve a participação de 11 instituições financeiras e representou uma demanda de R$ 17,3 bilhões em recursos catalíticos do governo, com potencial de gerar R$ 31,4 bilhões em investimentos totais para a recuperação de áreas degradadas em todo o território nacional.

Do total demandado, **R$16,5 bilhões foram contemplados por meio da linha pública de capital catalítico**, resultando em **R$30,2 bilhões em investimentos totais** destinados à restauração produtiva de cerca de **1,4 milhão de hectares** - área equivalente a **9 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.** Estes recursos serão desembolsados ao longo de 2025, 2026 e 2027, como apoio a produtores que apostam no uso sustentável da terra.

Dos R$13,7 bilhões que serão mobilizados pela iniciativa privada, R$8,25 bilhões serão captados no mercado externo e R$5,4 bilhões no mercado interno.

Entre as Instituições Financeiras participantes, dez bancos foram selecionados, sendo sete privados (BTG, Itaú, Bradesco, Santander, Banco Votorantim, Rabobank, Safra) e três públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica).

Tabela 1- Montante homologado por IF

Instituição Financeira	Capital catalítico (Linha Pública)	Total de investimentos	Montante de hectares a serem recuperados
Banco do Brasil	R$ 4.170.000.000	R$ 6.805.000.000	275.001
BNDES	R$ 3.500.000.000	R$ 6.125.000.000	163.000
BTG	R$ 2.100.000.000	R$ 4.925.000.000	164.167
Itaú	R$ 1.950.000.000	R$ 3.875.000.000	202.000
Caixa Econômica	R$ 2.000.000.000	R$ 3.500.000.000	230.000
Bradesco	R$ 1.970.000.000	R$ 3.485.000.000	203.000
Safra	R$ 333.333.333	R$ 583.333.333	60.000
Rabobank	R$ 200.000.000	R$ 350.000.000	62.000
Santander	R$ 200.000.000	R$ 350.000.000	10.000
Banco Votorantim	R$ 100.000.000	R$ 175.000.000	13.756

As instituições selecionadas no leilão apresentaram propostas com diferentes perfis de volume financeiro e montante de hectares a serem recuperados. Os maiores volumes de investimento total (público + privado) foram registrados por:

- Banco do Brasil – R$6,8 bilhões
- BNDES – R$6,1 bilhões
- BTG Pactual – R$4,9 bilhões

Em relação ao montante de hectares a serem recuperados, destacaram-se:

- Banco do Brasil – 275 mil hectares
- Caixa Econômica – 230 mil hectares
- Bradesco – 203 mil hectares

A relação entre o montante investido e a área recuperada depende de fatores como o tipo de atividade, as técnicas de resiliência hídrica empregadas e o custo final ao tomador. O Eco Invest busca equilibrar qualidade dos projetos, volume de terras restauradas e custos compatíveis, reconhecendo que propostas de maior valor podem refletir desafios ambientais relevantes, maior valor agregado ou integração de sistemas produtivos com práticas de restauração ecológica.

1.1 Alocação por tipo de operação

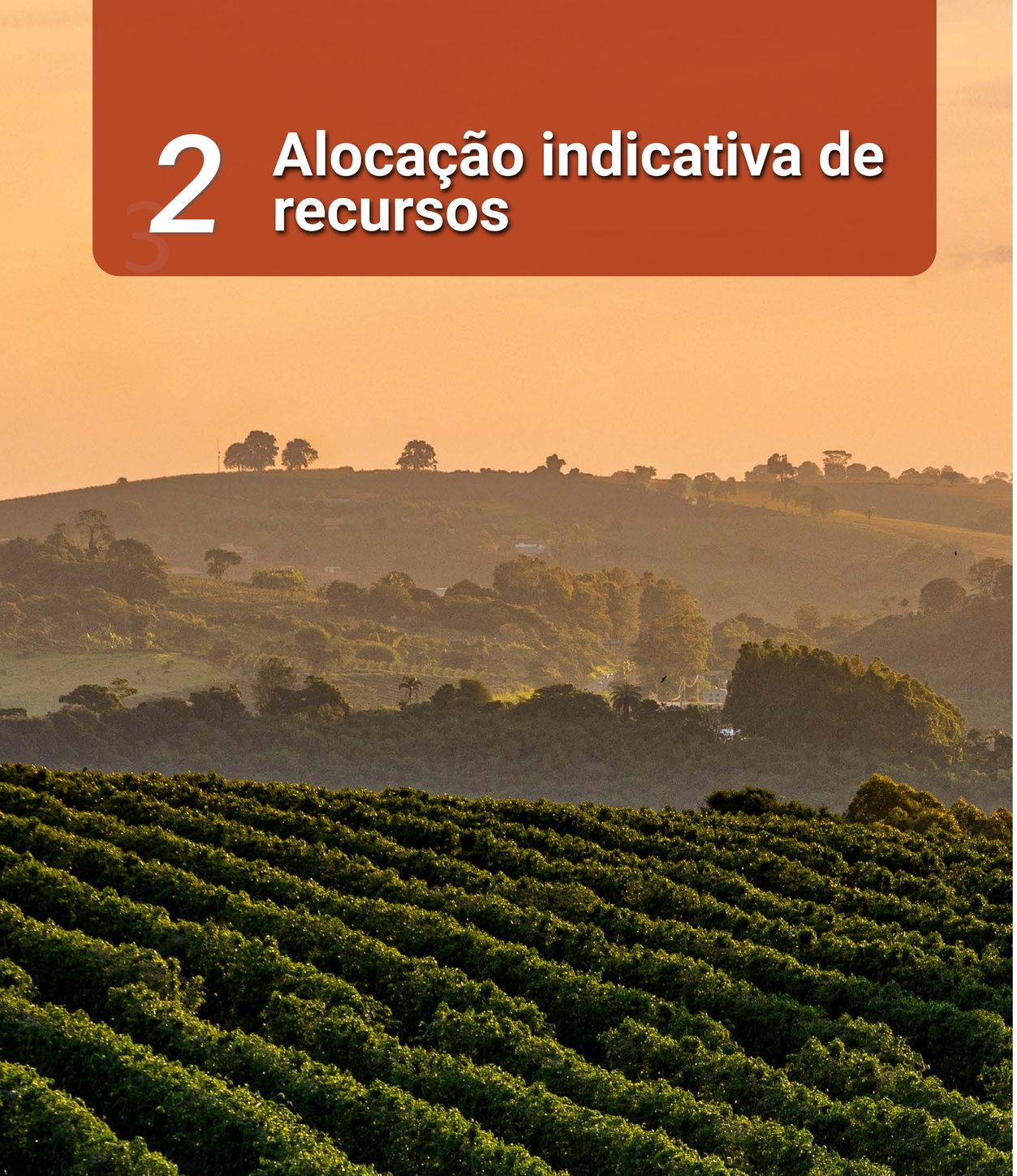
A estrutura de alocação dos recursos aprovados no leilão combinou instrumentos de operações diretas com fundos de investimento, conforme a estratégia de cada instituição.

Cerca de R$ 24,4 bilhões serão executados por meio de operações diretas com os tomadores finais, enquanto aproximadamente R$ 5,9 bilhões serão investidos por meio de novos fundos de investimento dedicados ao Programa Eco Invest.

Entre as instituições que indicaram alocação via fundos, destacam-se: Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal.



2 Alocação indicativa de recursos

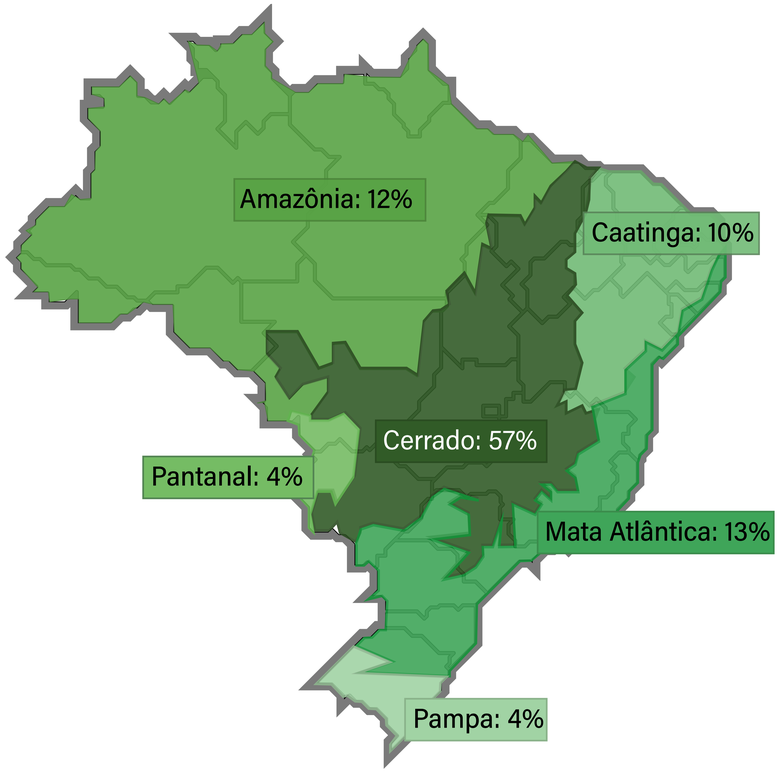


2.1. Alocação geral dos biomas

A distribuição geográfica dos investimentos do 2º Leilão do Programa Eco Invest Brasil reflete o direcionamento técnico do Programa para biomas estratégicos, considerando sua relevância produtiva, ambiental e climática.

De acordo com o relatório de pré-alocação apresentado pelas instituições financeiras no momento do leilão, aproximadamente 57% dos recursos serão direcionados ao Cerrado, seguido pela Mata Atlântica (13%), Amazônia (12%), Caatinga (10%), e pelos biomas Pampa e Pantanal, cada um com cerca de 4% do total alocado.

Figura 1- Alocação geral nos biomas

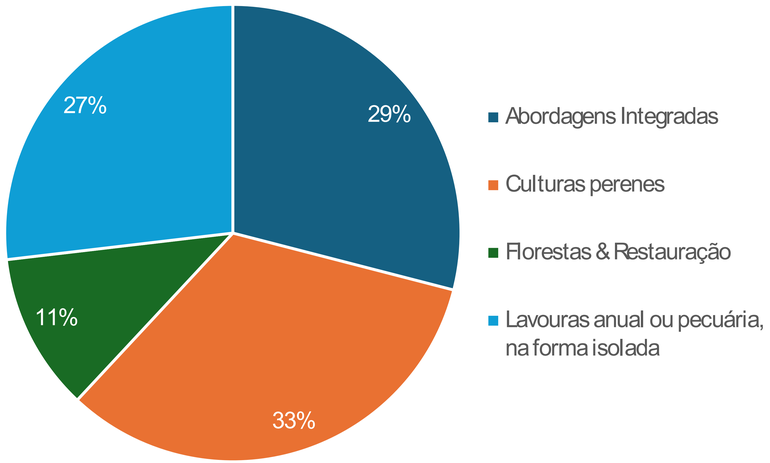


2.2 Alocação por atividade elegível

Em relação à alocação por tipo de atividade financiável, as propostas homologadas indicaram maior interesse em projetos voltados para culturas perenes (33%), como fruticultura e cana-de-açúcar, seguidos por abordagens integradas (29%), como sistemas agroflorestais e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF).

Também houve destaque para projetos com foco em lavouras anuais ou pecuária de forma isolada (27%), além de atividades de floresta e restauração (11%).

Figura 2- Alocação geral por atividade elegível



2.3 Distribuição de atividades por bioma

A composição das atividades financiáveis variou de forma significativa entre os biomas, refletindo a diversidade ecológica, produtiva e socioeconômica do território brasileiro.

Ressalta-se que, de acordo com o Manual Operacional do Leilão Eco Invest nº 2/2025, a alocação no Bioma Amazônia tem restrição para permissão de financiamento apenas para projetos de sistemas integrados (integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais), recuperação e consolidação de pastagens e restauração natural ou enriquecida com espécies nativas.

Figura 3- Alocação indicativa para o Cerrado

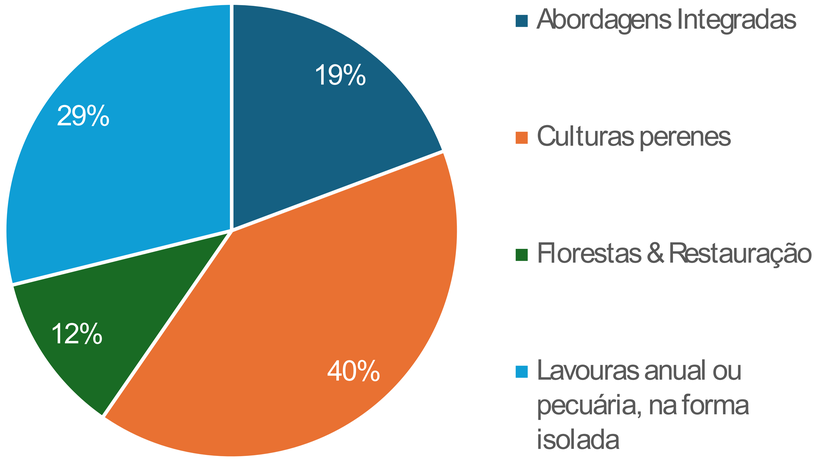


Figura 4- Alocação indicativa para a Mata Atlântica

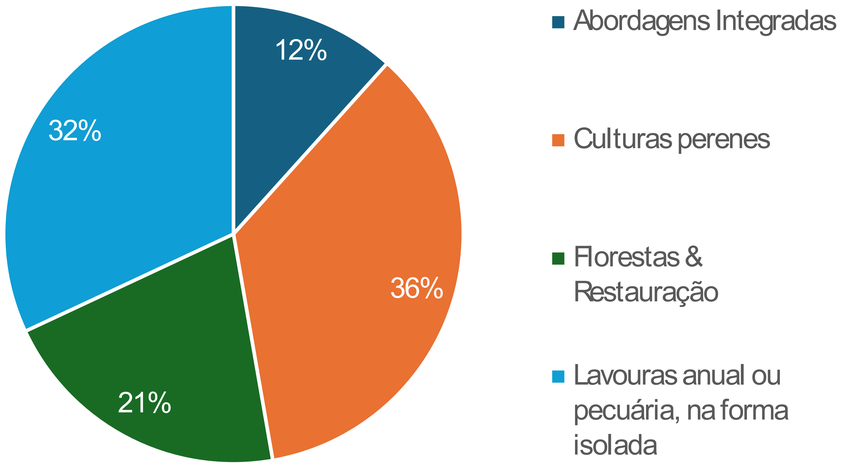


Figura 5- Alocação indicativa para a Caatinga

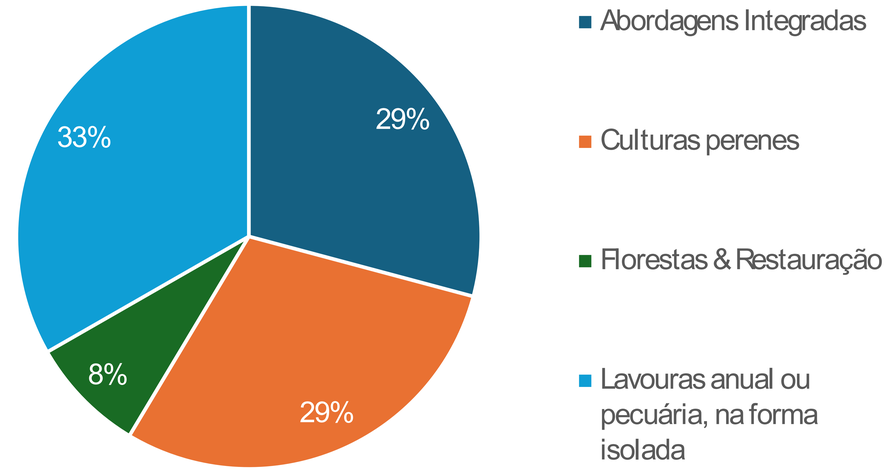


Figura 6- Alocação indicativa para o Pampa

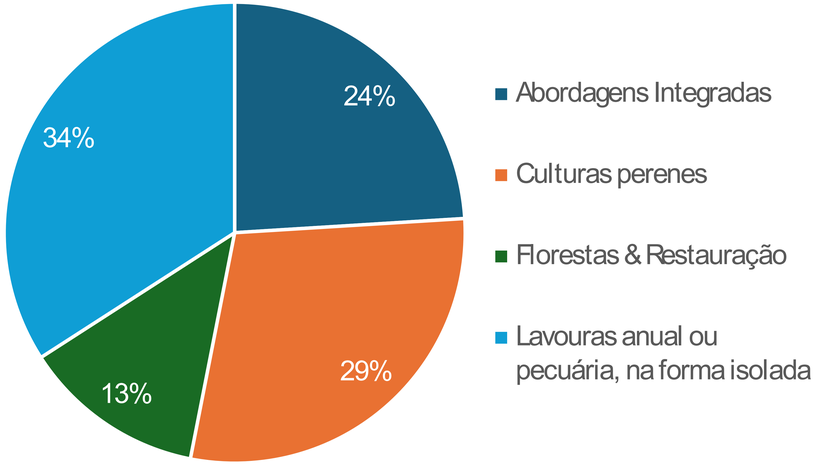
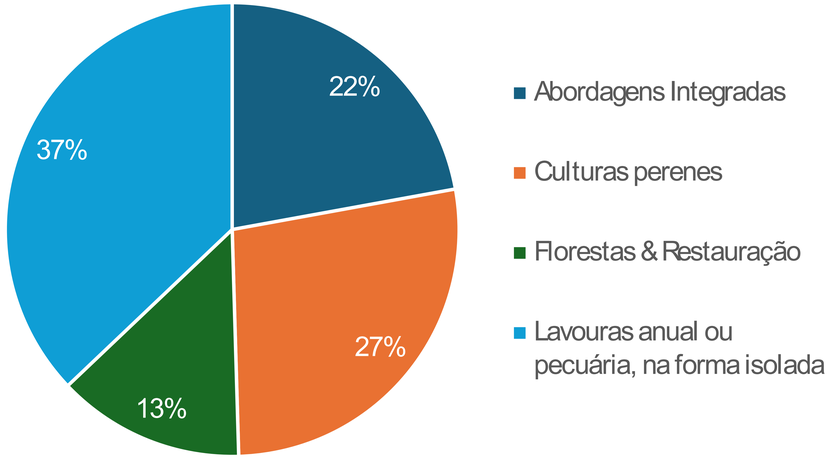


Figura 7- Alocação indicativa para o Pantanal



2.4 Distribuição de alocação de recursos por bioma

A alocação dos recursos do 2º Leilão do Eco Invest Brasil contemplou todos os biomas brasileiros, com destaque para o Cerrado, que concentrou cerca de R$ 17,2 bilhões em investimentos, o equivalente a 57% do total. Em seguida, a Mata Atlântica foi contemplada com R$ 4 bilhões. A Amazônia, com R$ 3,5 bilhões e a Caatinga, com R$3 bilhões, se destacam como biomas estratégicos para a agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tendo recebido alocação expressiva em função dos critérios técnicos do Programa.

Os biomas Pampa e Pantanal foram contemplados com R$ 1,2 bilhão e R$ 1,1 bilhão, respectivamente. No caso do Pampa, o indicativo de alocação exclusivamente por bancos públicos, enquanto o Pantanal contou com a participação de bancos públicos e uma instituição financeira privada.

Figura 8- Alocação indicativa para o Cerrado, por IF

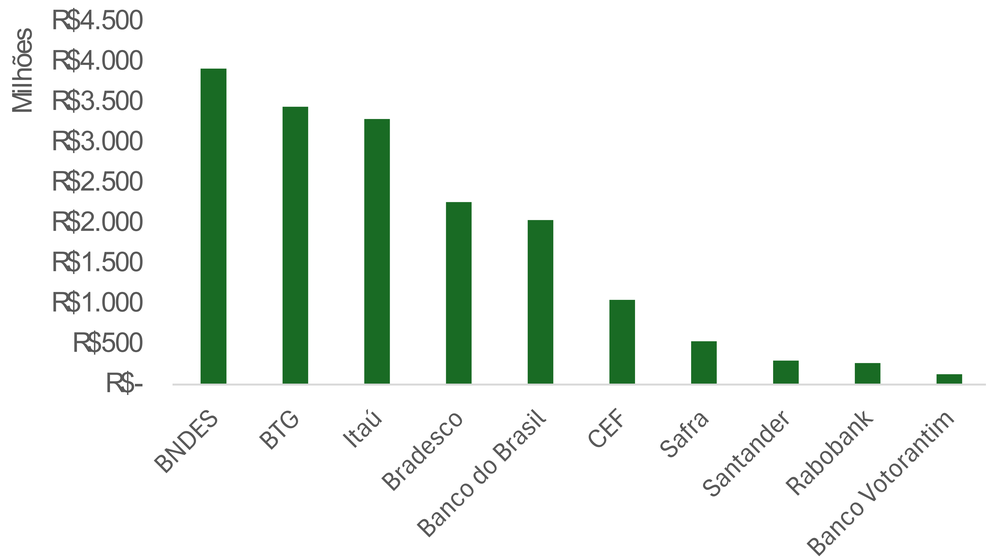


Figura 9- Alocação indicativa para a Mata Atlântica, por IF

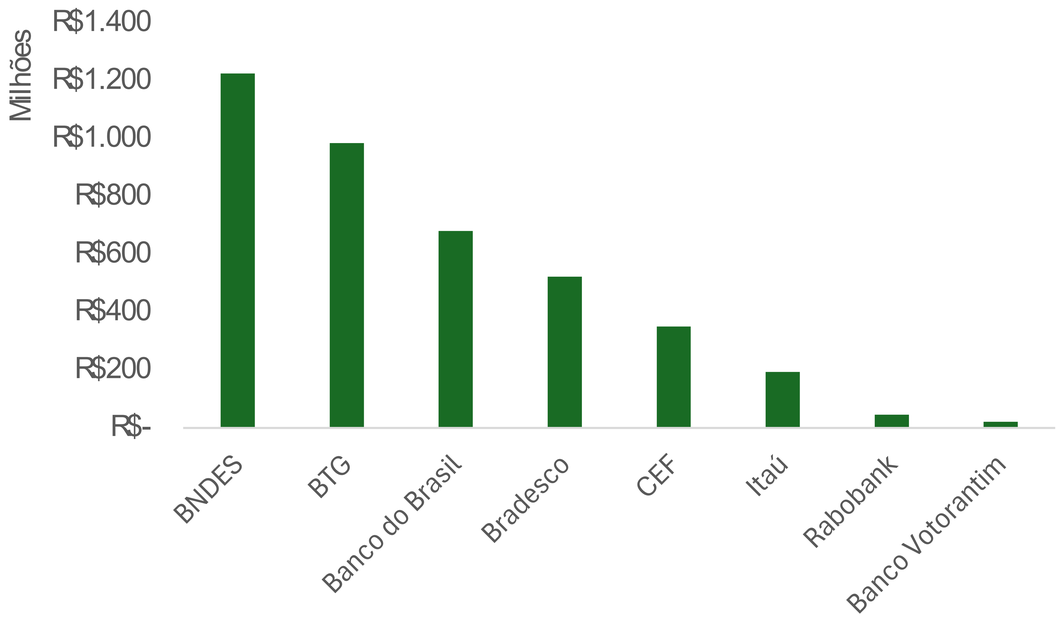


Figura 10- Alocação indicativa para a Caatinga, por IF

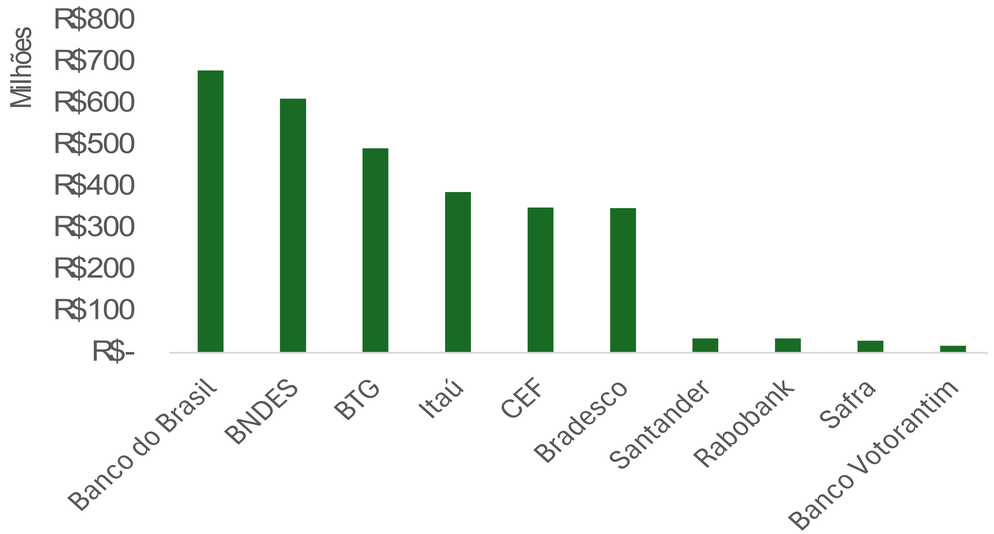


Figura 11- Alocação indicativa para a Amazônia, por IF

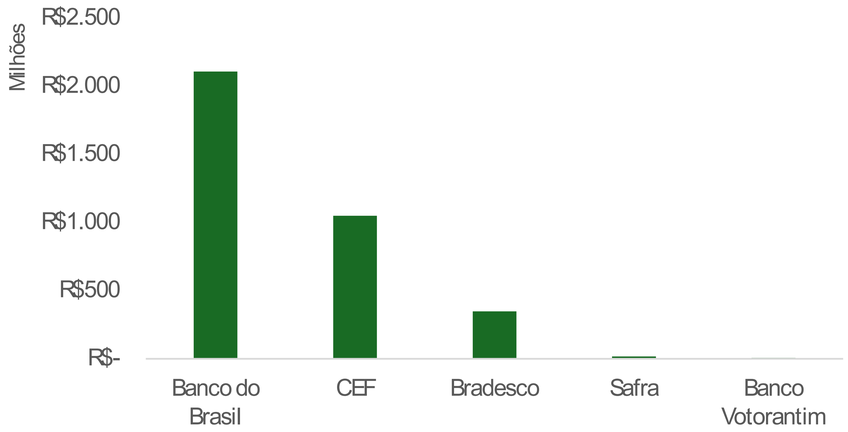


Figura 12- Alocação indicativa para a Pampa, por IF

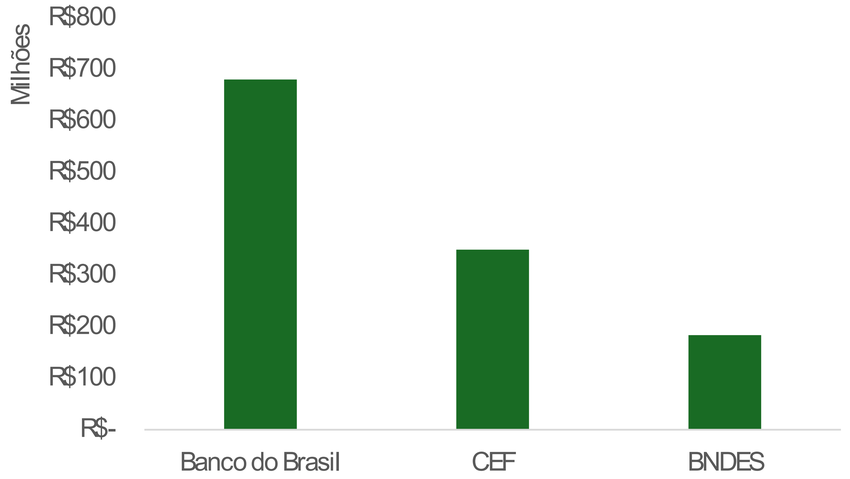
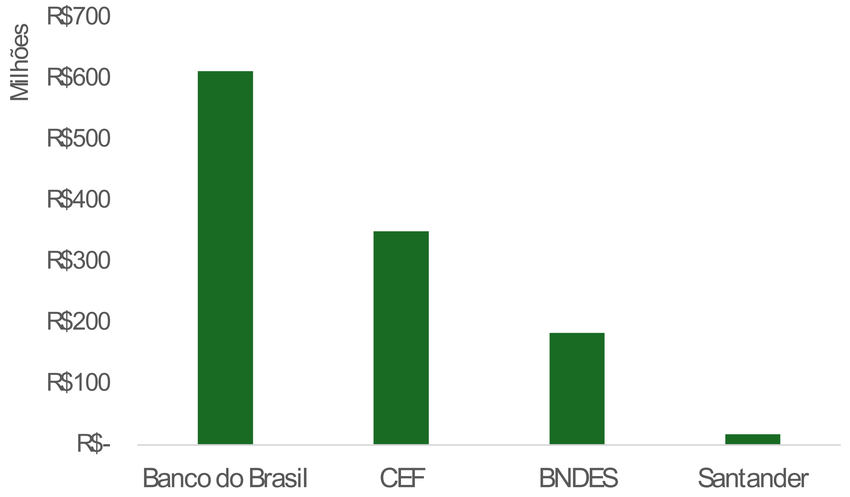


Figura 13- Alocação indicativa para a Pantanal, por IF



3 Considerações finais



O objetivo deste documento é apresentar a alocação **indicativa** dos recursos e das atividades financiáveis no âmbito do 2º Leilão do Programa Eco Invest Brasil.

Conforme previsto nos normativos do leilão, serão elaborados Relatórios Financeiros e de Alocação, bem como Relatórios de Alinhamento ao Programa, com base nas informações declaradas pelas instituições financeiras participantes sobre a alocação efetiva dos recursos.

Esses documentos serão submetidos à verificação externa, realizada por uma auditoria financeira independente e por um provedor de opinião de segunda parte (*Second Party Opinion – SPO*). A publicação das informações validadas está prevista para o segundo semestre de 2027.

Dúvidas e contribuições podem ser encaminhadas para ecoinvestbrasil@tesouro.gov.br